



Concílio Vaticano II

A primavera da Bíblia

No XXI Concílio Ecumênico da Igreja, mais conhecido como Vaticano II, entre tantos temas que colocavam a Igreja na roda de discussão com a modernidade do século XX, destacou-se, sobremaneira, a questão bíblica e sua relação com a tradição e o magistério. O católico da época sentia-se culpado de ter uma Bíblia em casa e a modernidade sentia-se instigada a querer saber mais para viver melhor a Palavra de Deus. Como declarou o papa João Paulo II (1920-2005): “Uma nova primavera surgiu para a Igreja com o Vaticano II”, podemos, com certeza, afirmar que com a Bíblia não foi diferente. Ela foi resgatada do porão e recolhida nas mãos do povo. Não se tratava de romper

com o passado, mas de vencer o medo clerical de que os fiéis não estavam preparados para ler o Livro Sagrado, podendo incorrer em erros doutrinários, não afeitos à tradição. Tudo isso havia levado a um enclausuramento da Bíblia pelo magistério.

Nos quatro anos de Concílio (de outubro de 1962 a dezembro de 1965), grandes discussões não faltaram na elaboração da constituição dogmática *Dei Verbum* (*Revelação Divina* - DV), a qual tratou da relação entre a revelação divina do texto, sua transmissão na vida da Igreja e na tradição. A conclusão do processo não podia ser outra: “Que a leitura e estudo dos livros sagrados, a Palavra de Deus, se difunda e resplandeça (2Tess 3,1), e o tesouro da

revelação confiado à Igreja encha cada vez mais os corações dos homens” (DV n. 25-26).

Movimentos de renovação bíblica, litúrgico e ecumênico que antecederam o Vaticano II muito contribuíram para essa guinada bíblica conciliar. Isso ficou evidente nas inúmeras discussões em torno a *Dei Verbum*, sendo esta aprovada somente em novembro de 1965. O grande xis da questão bíblica no Vaticano II era a relação entre a revelação e a tradição. Teria a tradição igual autoridade à da Escritura para transmitir a revelação? Ou melhor: os dogmas da Igreja poderiam ser fundamentados somente na Escritura, ou também na tradição? Tal discussão vinha desde o Concílio de Trento (1545-1563). ►



http://cebits.wordpress.com/

Revelação, inspiração e inerrância da Bíblia colocavam em jogo a interpretação bíblica. Na soleira do Iluminismo, estava em voga o método histórico-crítico, que considera três fatores na interpretação bíblica: a história do texto, seu gênero literário e seu contexto vital situacional. As grandes conclusões do Vaticano II foram: a tradição e a Escritura são dois momentos inseparáveis da mesma revelação divina; a Bíblia não transmite verdades científicas, mas de salvação (DV n. 11), tanto no Antigo quanto no Novo Testamento; o método histórico-crítico é útil e válido, desde que seja levado a cabo não somente com a utilização das ciências modernas, mas em consonância com a fé e o magistério da Igreja, seus organismos institucionais (DV n. 12). No pós-Concílio, a Igreja modificou-se e, com ela, o uso da Bíblia, sobretudo, na América Latina. A seguir, destacam-se alguns fatos marcantes:

LEITURA ORANTE DA BÍBLIA: retomada de uma tradição antiga da Igreja, a leitura orante de Bíblia foi posta no Vaticano II como condição de vivência da fé para as comunidades, mas, sobretudo, para professores e estudiosos da Bíblia.

PREGAÇÃO LITÚRGICO-BÍBLICA: na Bíblia, a teologia encontra firmeza, atualiza-se e investiga, à luz da fé, toda a verdade do mistério de Jesus Cristo, afirma o Concílio (DV n. 24); bem como a Bíblia é fundamento perene também para a pregação litúrgica e espiritual. Fazer exegese e fazer teologia. Com isso, a Bíblia passou a ser o carro-chefe da ação pastoral de toda a Igreja e não mais limitada para o uso do clero e sua interpretação. Apoiados no magistério da Igreja, padres, catequistas, ministros da palavra e exegetas (estudiosos da Bíblia) foram convocados a serem intérpretes da Palavra de Deus (DV n. 23). Na liturgia dominical, o uso de um ciclo de três anos para as leituras, bem como a ligação da primeira leitura com o Evangelho, foi importante para mudar o rumo do calendário litúrgico, de modo mais devocional, com memórias e festas de santos, para uma pregação bíblica e menos inspirada na vida de santos. Igualmente, nasceram as celebrações da Palavra, realizadas por leigos, em comunidades sem padre. A catequese seguiu o mesmo caminho, deixando a vida dos santos para a narrativa da história bíblica da salvação.

O DOMINGO DA BÍBLIA: realizado no último domingo de setembro, desde a década de 1950, transformou-se na década de 1970 em “Mês da Bíblia” (setembro).

LEITURA POPULAR DA BÍBLIA: na década de 1980, com o nascimento do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) e o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o mês e a semana bíblica passaram a ser realizados com sucesso no Brasil, em momentos celebrativos e de reflexão, em que o então famoso triple “ver, julgar e agir” tornou-se o carro-chefe dessa forma de ler a Bíblia, cunhada naquele então de leitura popular bíblica. Textos-base e cartilhas norteavam os encontros, os quais tinha um endereço certo: a consciência libertária social, fundamentada em um novo modo de ser igreja, sobretudo no meio dos pobres que, incentivados pelo pensar teológico da nascente Teologia da Libertação, alimentaram a esperança de uma nova sociedade, nos moldes bíblicos do Primeiro e Segundo Testamentos – juízes e

primeiras comunidades cristãs. A leitura popular da Bíblia era o celeiro das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), nascidas do advento da Teologia da Libertação. Nessa empreitada, a história bíblica brasileira jamais poderá se esquecer de Carlos Mesters (1931-), frei carmelita holandês, que foi o pai e o incentivador desse movimento eclesial, responsável pela formação de biblistas populares, dos quais muitos se tornaram acadêmicos.

MESTRES E DOUTORES LATINO-AMERICANOS: uma grande leva de brasileiros, no pós-Concílio, tornou-se mestres e doutores na área bíblica e teológica em centros europeus, primeiramente, e, posteriormente, nos bons centros de pesquisas brasileiros. O número de estudiosos propiciou o surgimento de vários centros acadêmicos teológicos. Recentemente, o governo brasileiro reconheceu a teologia como curso superior, no qual, após o Vaticano II, a Bíblia passou a ter maior relevância.

PUBLICAÇÕES E TRADUÇÕES: a presença de estudiosos na igreja local possibilitou a interpretação bíblica e publicações acadêmicas atualizadas. Artigos e livros de autores brasileiros e latino-americanos não faltam nas livrarias, mesmo com a continuidade da tradução de autores europeus. Ademais, atualmente, destaca-se o estudo realizado por comunidades e publicações católicas que interpretam, de forma crítica, ecumênica e pastoral, os 140 livros que não fizeram parte da Bíblia, os livros apócrifos. Outro fato importante é o das traduções bíblicas. Antes do Vaticano II já se discutia a permissão da tradução da Bíblia para as línguas vernáculas (sendo, por vezes, permitida e tantas outras

proibidas); o Concílio, no entanto, foi o momento áureo do incentivo à tradução da Bíblia, desde que se considerassem os textos originais (DV n. 22). Houve uma explosão de traduções bíblicas, muitas delas se tornaram *best-sellers*, como a tradução da Bíblia de Jerusalém. A tradução latina, a *Vulgata*, deixou de ter a primazia no uso. Com isso, reconheceu-se o valor dos textos originais, valorizando da mesma forma o povo judeu como primeiros receptores e transmissores da Revelação Divina, o que impulsionou o diálogo inter-religioso e a leitura judaica da Bíblia e sua releitura no Segundo Testamento. Por razões ecumênicas e de diálogo inter-religioso, ganharam força no mundo acadêmico e popular o uso das terminologias Primeiro e Segundo Testamentos, em substituição ao clássico Antigo e Novo Testamentos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA BÍBLICA (ABIB): a formação acadêmica propiciou não somente o surgimento de produções literárias próprias, mas também a criação da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica (Abib), em 2004. Constituiu-se em uma entidade ecumênica composta de exegetas e biblistas, mas aberta aos teólogos e aos cientistas da religião. Em 2012, a Abib promoveu seu quinto congresso bíblico.

CURSOS DE TEOLOGIA PARA LEIGOS: apoiados pelos novos biblistas, surgiram os cursos sistemáticos de teologia para leigos, nos quais as lideranças são chamadas a repensar teologicamente a prática pastoral a partir do estudo crítico e acadêmico da Bíblia. Tais cursos são um passo além dos círculos bíblicos, que continuam existindo, mas não com o mesmo vigor de antes.

Hoje, cinquenta anos após o início do Vaticano II, se as comunidades, naturalmente, estudam e rezam a partir da Bíblia, o grande mérito é desse Concílio. A Bíblia está, certamente, nas mãos do povo. Não por menos, surgiram tantas igrejas pentecostais, neopentecostais, em que ela é o centro da palavra do pastor. Lamentável, no entanto, é que, para muitos padres, lideranças de comunidades e pastores de igrejas recentes, ainda falta o devido preparo para interpretar a Bíblia. Desse modo, o fundamentalismo, leitura ao pé da letra, possui um terreno propício. Não se trata de voltar ao pré-Concílio e proibir o uso popular da Bíblia. Esse caminho não tem volta. Importa seguir adiante na busca de uma interpretação crítica, ecumênica, pastoral e libertadora da Palavra de Deus, não deixando de considerar a tradição e o ensinamento das igrejas. A Bíblia sempre será como uma cidade desconhecida para quem nela chega pela primeira vez. Tudo parece estranho, pessoas, ruas e lugares. Com a leitura e o estudo constantes, ela passa a ser a nossa casa, construída sobre alicerces firmes. Em tempos de internet, nos quais uma notícia chega aos quatro cantos do planeta em frações de segundos, onde, por meio das teclas do computador, vemos o mundo e nos comunicamos com ele, quando tudo se parece com um espírito que corre veloz nas ondas invisíveis e nas fibras óticas de um mundo globalizado, resta o desafio de popularizar ainda mais as boas traduções bíblicas e suas interpretações. Parece que estamos a caminho. Mesmo tudo isso chegando a seu ápice, permanecerá outro desafio proposto pelo Vaticano II, o de compreender que “a verdade que Deus, para a nossa salvação, quis que fosse consignada nas Sagradas Letras” (DV n. 11).

Frei Jacir de Freitas Faria, OFM

Escritor e mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma
www.bibliaeapocrifos.com.br



Arquivo pessoal